

CRÍTICA SOCIAL E REFORMA URBANA NA CRÔNICA DE ARTUR AZEVEDO
SOCIAL CRITIC AND URBAN REFORM IN THE CHRONICLE OF ARTUR
AZEVEDO

Esequiel Gomes da Silva¹
Mestre em Letras
Universidade Estadual Paulista
(esequielg72@gmail.com)

RESUMO: Antes mesmo de a reforma urbana do Rio de Janeiro ser levada a efeito na primeira década do século XX, essa temática já era recorrente nas crônicas que Artur Azevedo publicava sob a rubrica “De palanque”, nos periódicos **Diário de Notícias** e **Novidades**, nas últimas décadas do XIX. Embora afirmasse que sua seção diária tinha a frivolidade como característica, percebemos a seriedade e a preocupação do cronista com as questões referentes à infraestrutura da cidade. Porém, como ele próprio enfatizava, os assuntos sérios eram tratados sem solenidade e sem pedantismo, já que sua intenção não era se impingir como oráculo nem palmatória do mundo. Neste artigo analisaremos alguns procedimentos textuais utilizados pelo jornalista maranhense para expor e criticar as mazelas e os problemas estruturais da sociedade em que vivia, bem como as soluções inusitadas apontadas para tais problemas.

Palavras-chave: Imprensa; Reforma urbana; Crônica

ABSTRACT: Even before the urban reform of Rio de Janeiro was carried out in the first decade of the twentieth century, this theme was already recurrent in the chronicles who Artur Azevedo had published under the heading "De Palanque", in the newspapers **Diário de Notícias** and **Novidades**, in the last decades of the nineteenth. While stating that his daily section had frivolity as characteristic, we realize the seriousness of the chronicler and concern with issues relating to the infrastructure of the city. However, as he himself emphasized, serious issues were treated without ceremony and without pedantry, since his intention was not to enforce as an oracle or punisher in the world. In this article it will be analyzed some textual procedures used by the journalist from Maranhão to expose and criticize the ills and structural problems of the society in which he lived, as well as unusual solutions proposed to such problems.

Keywords: Press; Urban reform; Chronicle

Introdução

Quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1873, o maranhense Artur Azevedo, então com dezoito anos de idade, começou a trabalhar “modestamente, como tradutor de folhetins, geralmente romances populares, de autores franceses, de gênero melodramático, e como revisor” do jornal **A Reforma**, dirigido por seu conterrâneo Joaquim Serra (MAGALHÃES JR, 1966, p. 18). Desde então, sua vida

¹ Doutorando em Letras. Bolsista FAPESP.

foi um intenso labor: concomitantemente ao emprego em uma repartição pública, conseguiu algum tempo depois, colaborava em diversos periódicos e revistas literárias e escrevia contos, poesias e peças de teatro. Em 1885, período que nos interessa para este texto, já era consagrado como dramaturgo e jornalista. Foi nessa época que concebeu um projeto jornalístico para uma seção de variedades chamada “De palanque²”, que passou a assinar com o pseudônimo de Eloi, o herói, no **Diário de Notícias**.

Para a referida seção apresentou um programa genérico, contemplando todas as manifestações artísticas – teatro, pintura, escultura, música, literatura –, e também os *faits divers*, isto é, assuntos mais diretamente relacionados ao dia-a-dia e à vida das pessoas. Tentou conceber uma seção que se caracterizasse pela frivolidade, o que não o impedia de tratar de assuntos mais sérios, como as práticas políticas, as habilidades e atrocidades da força policial, as decisões do judiciário e a infraestrutura da cidade. No entanto, tais assuntos eram abordados sem pedantismo e sem solenidade, já que não tinha intenção de se impingir como oráculo nem como palmatória do mundo, como ele mesmo dizia.

Neste artigo, nosso interesse é analisar os procedimentos discursivos utilizados pelo jornalista para criticar as mazelas e os problemas da sociedade em que vivia. Também é nossa intenção falar brevemente sobre as soluções inusitadas para tais problemas.

Artur Azevedo e o Rio de Janeiro de sua época

Ao ler os textos em que o cronista maranhense abordou os assuntos considerados no tópico precedente, percebemos a idealização de um modelo de sociedade com políticos honestos, responsáveis e comprometidos com os problemas da população; com uma força policial habilidosa, zelosa e competente; com um teatro subvencionado pelo governo imperial, em que se representassem peças com qualidade literária e que houvesse uma escola de dramaturgia que oferecesse ensino e aprimoramento aos artistas nacionais; imaginava uma cidade livre de vícios, como o jogo, e mazelas sociais, como a prostituição e a mendicância;

² Essa seção transitou por dois periódicos: começou no **Diário de Notícias**, em 1885, permanecendo até o começo de 1887, quando migrou para o jornal **Novidades**. Em 1888 voltou ao **Diário**, onde ficou até 1889, quando deixou de existir.

enfim, uma cidade com uma população instruída e afeita aos assuntos relacionados às artes. De modo geral, o trecho a seguir ilustra e sintetiza o desconforto do jornalista com a realidade da capital do Império:

Diálogo entre um estrangeiro e um filho do país:

- Oh! vocês têm um exército mal organizado! E que marinha! que marinheiros! que gente!
- Pois sim; mas temos o corpo de bombeiros, que é um dos melhores do mundo!
- As ruas do Rio de Janeiro são mal calçadas, e não primam pelo asseio. Há lugares em que é impossível passar sem tapar o nariz.
- Isso é verdade; mas há de reconhecer que o nosso corpo de bombeiros...
- Os edifícios públicos são uma lástima: o Mercado é irrisório, a Câmara dos Deputados indigna de uma capital civilizada, o Paço da cidade ridículo.
- Entretanto o corpo de bombeiros...
- Os jardins públicos são mal tratados; a limpeza das praias é mal feita; o... a...
- Que tem isso, se o corpo de bombeiros...
- Não há um teatro digno desse nome; não há literatura, não há arte, não há estímulo...
- Mas há o corpo de bombeiros!
- Finalmente, vocês precisam reformar tudo!
- Menos o corpo de bombeiros!

E sempre a mesma cantiga!

Que diabo! lá porque sabemos apagar um fogo melhor que os próprios parisienses, não é bom que nos deixemos cegar por essa virtude a ponto de não enxergar os nossos defeitos.

É preciso que os saibamos extinguir... como os incêndios. (AZEVEDO, 2/10/1885).

Este trecho é de uma crônica em que Artur Azevedo comentou uma visita do imperador ao corpo de bombeiros, em 31 de agosto de 1885. Para escrevê-la, o jornalista se inspirou em uma grande notícia publicada no próprio **Diário de Notícias**, em 1 de setembro de 1885, na qual se tentava evidenciar todas as qualidades do órgão em questão, que eras deveras eficiente, como foi mostrado em outras crônicas, a exemplo da de 25 de fevereiro de 1887. No fragmento em apreço, tal eficiência foi usada para apontar dois extremos na infraestrutura do Rio de Janeiro. Como crítico da sociedade em que vivia, Artur criou este diálogo em que o brasileiro aparece como o “bestializado³”, alheio aos problemas da cidade.

³ A expressão é de Aristides Lobo, que a utilizou para se referir à reação da população do Rio de Janeiro diante da proclamação da República. Para maiores informações, consultar o livro **Os bestializados**, de José Murilo de Carvalho.

Por conta da existência de cidadãos tão alheios aos problemas à sua volta, a percepção da necessidade de se realizarem mudanças caberia ao outro, o estrangeiro, que, oriundo de um país civilizado (país que poderia ser a França, o grande modelo a ser imitado depois das reformas urbanas empreendidas por Haussmann), sentia-se incomodado com as condições materiais e culturais do Rio de Janeiro. Suas observações começam pelas duas forças armadas brasileiras, e, portanto, apontam para um problema de segurança, já que o Exército é responsável pela defesa do país em operações terrestres, e a Marinha, pela condução de operações navais. Outra força de segurança duramente criticada tanto pelo cronista, em vários momentos, quanto pelos jornais da época foi a polícia, sempre representada como relapsa ou truculenta.

O sentimento de admiração do estrangeiro (“que gente!”) pode estar relacionado à compleição física, ao caráter indolente e à constituição étnica do brasileiro. Vistos dessa forma, os oficiais seriam inaptos para comandar as forças armadas. Não podemos nos esquecer que muitos negros foram recrutados para a guerra do Paraguai, e que durante esse conflito os jornais paraguaios representavam o exército brasileiro como um bando de macacos com rabos e orelhas, como pode ser visto no estudo **As barbas do Imperador** (1998), de Lilia Moritz Schwarcz.

Após chamar a atenção do brasileiro para o problema da segurança, o forasteiro se põe a observar os aspectos físicos da cidade: as ruas são mal calçadas, sujas e apresentam mau cheiro. Ao apontar essas falhas, ficam claras as deficiências de dois órgãos públicos: as Inspetorias de Obras Públicas e de Higiene. Não se trata apenas de uma questão estética, mas de saúde pública. A política higienista foi assunto de Sidney Chalhoub em **Cidade febril** (1996), livro no qual analisa a ação das autoridades sanitárias no que se refere à intervenção na cidade como forma de eliminar os cortiços e afastar do centro as classes consideradas perigosas. O historiador mostra que na década de 1850, após duas epidemias, uma de febre amarela e outra de cólera, foi criada a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial, encarregado de cuidar de questões referentes à saúde pública. Na mesma época, a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência de habitações coletivas. Os projetos elaborados pelas autoridades médicas e políticas incumbiam autoridades policiais de visitar as

habitações para averiguar o tipo de hóspedes, bem como as condições de higiene de tais ambientes (CHALHOUB, 1996).

O trecho abaixo, publicado em momento diferente deste em que tomam parte o estrangeiro e o brasileiro, não se refere exatamente às habitações coletivas, mas de algum modo ilustra a precariedade da qual falava o forasteiro:

Escrevem-me os Srs. *Moradores da rua de D. Carlota* que a empresa Gary trata como uma enteada essa rua, que pertence, aliás, a um dos bairros do *high life* fluminense: a Botafogo.

“Por ali as carroças de irrigação nunca passam, dizem eles; o capim e outras ervas crescem pacífica e livremente. As grades dos esgotos das águas pluviais não têm sido desinfectadas, e por elas escampam e difundem-se gases tóxicos e mefíticos, prejudiciais em qualquer tempo e muito principalmente na quadra atual”.

Este receio do micróbio é perfeitamente legítimo; peço à empresa Gary que trate de dissipá-lo, e quanto antes melhor (AZEVEDO, 27/11/1886).

Se o interlocutor do “forasteiro”, embevecido com a habilidade do corpo de bombeiros, parecia não ver os problemas da cidade, os moradores de alguns bairros sentiam-se incomodados e enviavam cartas aos jornais, muitas vezes para as seções de publicações “A pedido”, como forma de denunciar os desmazelos e de reclamar ações dos poderes públicos. Até mesmo a rua do Ouvidor, centro financeiro da capital do Império, apresentava problemas em sua estrutura: era estreita, mal calçada e em dias de chuva ficava intransitável, devido ao péssimo sistema de escoamento das águas, como podemos ver em alguns textos da “De palanque”.

Em um terceiro momento do diálogo, o visitante volta a atenção para os prédios públicos. Neste momento, parte do geral para o particular: todos os edifícios são sem préstimo. Em seguida, especifica os defeitos de três desses edifícios: o mercado público é irrisório, ou seja, insignificante para ser levado em conta. Considerando-se o contexto, podemos pensar que, com essa observação, o jornalista está fazendo uma crítica às condições de alimentação do povo. Para tanto, recorre à metonímia, figura de linguagem que consiste na substituição de uma palavra por outra, quando entre ambas há uma relação de proximidade de sentidos que permite essa troca (FERREIRA, 1992). No caso em questão, utiliza o continente – mercado – pelo conteúdo – os alimentos, que iam para a mesa da população. Isso fica mais evidente se tivermos conhecimento dos problemas enfrentados pelo

matadouro de Santa Cruz⁴ nesse mesmo ano de 1886, no que se refere ao abatimento, armazenamento e transporte de carnes, que chegavam já comprometidas à mesa do comprador.

Voltando aos prédios públicos vistos pelo estrangeiro, a Câmara dos deputados faz desonra à cidade, é indigna, indecorosa. Este último adjetivo significa algo “que contraria as regras do decoro”, levando-nos, portanto, a pensar que a crítica se estende ao comportamento dos deputados durante as sessões. Ou seja, o olhar do turista se desloca do exterior, já que supostamente se refere à estética do edifício, para o interior, ocupado pelos deputados, e, nesse momento, seu olhar crítico abrange aspectos éticos e morais. Assim, mais uma vez, o cronista vale-se de uma metonímia: a Câmara é “indigna”, indecorosa, porque os deputados também o são.

A crônica publicada em 16 de agosto de 1885 ilustra bem o comportamento dos políticos do legislativo. Nela, Artur Azevedo ressenete-se de “um espetáculo na verdade tristíssimo”, protagonizado pelos deputados Zama e Bezerra Cavalcante, em uma das sessões da Câmara, publicado no **Diário Oficial** e, portanto, “à custa do Estado”, como lembra o cronista. Eis o trecho com que ele encerra a crônica:

À vista deste edificante “dize tu, direi eu”, parece-me de boa justiça não remeter ao *Diário Oficial* “bate-boca” da Câmara, sem prévia escala pelo Conservatório Dramático.

Já é a segunda vez que nesta sessão metem o boi no Parlamento: é uma anomalia tolerarem-no na Cadeia Velha e não o consentirem na Fênix ou no Sant’Ana (AZEVEDO, 16/08/1885).

A alusão ao Conservatório Dramático, órgão encarregado do controle das peças que iriam à cena nos teatros da Corte, é para indicar a falta de decoro dos legisladores em um recinto de atividades deliberativas. A Câmara Municipal, com diversas sessões malogradas, bem como os membros do legislativo municipal, também constituía alvo das críticas do jornalista maranhense.

O terceiro edifício visto pelo olhar crítico do viajante foi o Paço da Cidade, uma das residências oficiais da família imperial. Na época para a qual nos voltamos, D. Pedro II morava na Quinta da Boa Vista, mas o Paço da Cidade continuou sendo

⁴ Sobre essa questão, constantemente eram publicados textos no **Diário de Notícias**, seja de leitores, cobrando providências das autoridades responsáveis, seja das autoridades imperiais informando as medidas tomadas para solucionar o problema.

cenário de solenidades, até o fim do Império, conforme Schwarcz (1998). Na crônica aqui considerada, a residência do Imperador é caracterizada como ridícula. “Ridículo”, segundo o dicionário, é aquilo que numa coisa, pessoa ou situação suscita o riso, o escárnio, o sarcasmo. No contexto em que essa crônica foi escrita e publicada, a imagem do palácio aqui evocado é a mesma percebida pelo europeu em viagem pelo Brasil, que em seus relatos deixou registrado a “pobreza da indumentária imperial, a decadência dos palácios – do Paço de São Cristóvão e do Paço da Cidade –, o mau estado das carruagens” (SCHWARCZ, 1998, p. 410). Também a atriz Sarah Bernhardt, em sua primeira viagem pelo Brasil, em 1886, em carta ao amigo Raoul Ponchon, comentou:

Sua Majestade, o imperador do Brasil, parece que é pobre demais para comprar uma assinatura. Toda noite chega ao teatro numa carruagem puxada por quatro mulas ofegantes. E que carruagem! Tão absurda quanto seus guardas esfarrapados. Esses galantes brasileiros parecem que estão sempre brincando. Brincam de construir casas, de abrir estradas, de apagar incêndios, de ser entusiásticos (BERNHARDT, *apud* GOLD e FIZDALE, 1994, p. 209).

Nem mesmo o moderníssimo corpo de bombeiros, de que tanto se orgulhava o brasileiro, escapou das críticas da atriz francesa. No entanto, o que nos interessa destacar neste momento é que assim como no caso precedente, aqui também parece tratar-se de uma metonímia: a crítica parte da residência imperial e se estende à figura do Imperador.

Se a revista **Ilustração Brasileira** (1876-1878), em sua breve existência, encontrou na figura de d. Pedro II a figura histórica que melhor representasse a proposta de exportar a imagem de um país dos trópicos que procurava acertar o passo com o das mais adiantadas potências europeias, assim também com o dos Estados Unidos, como lembra Silvia Maria Azevedo (2010), na época em apreço, o monarca, que já era um velho cansado, que parecia não se afetar com os problemas que assolavam o país, e que havia limitado o uso dos trajes majestáticos apenas às ocasiões mais solenes (SCHWARCZ, 1998), é representado, metonimicamente, como um ser que suscita o riso. Era o mesmo monarca que passou a ser alvo de caricaturistas e escritores europeus como Ângelo Agostini, Rafael Bordalo Pinheiro e Eça de Queirós, que o representavam como “Pedro Banana”, “Pedro Caju” e “Pedro

da mala⁵". Desse modo, ridículos eram o Paço da cidade e o Imperador: este, porque não primava pelo luxo, e aquele, porque alheio aos problemas do país, e por conta da mania de escrever sonetos⁶.

No quarto ponto observado, o estrangeiro volta a falar de problemas relacionados ao asseio de partes da cidade, trazendo mais uma vez para o discurso uma questão de incumbência das Inspetorias de Obras Públicas e de Higiene. Na pauta estão os jardins e as praias: dois espaços de sociabilidade das famílias fluminenses. Em texto publicado em novembro de 1886, em que fala sobre a rotina das famílias em dias de domingo, o cronista lembra que as crianças são como as flores: precisam ser educadas nos jardins.

No mesmo texto: "Os meninos ociosos, que passam o dia a maltratar os transeuntes da rua da Prainha, com certeza não tiveram, quando pequeninos, a doce companhia das flores, das borboletas e dos passarinhos num parque" (AZEVEDO, 08/11/1886). O redator está se referindo a um grupo de estudantes de preparatórios, que tinham o hábito de agredir, gratuitamente, pessoas que passavam nas ruas. A convivência com as flores, ao que parece, teria a função de aprimorar a educação moral das crianças, tornando-as adultos responsáveis e de bom caráter, tipos desejáveis para uma cidade que se modernizava. Por isso a direção do olhar do estrangeiro para os jardins.

No que se refere à limpeza das praias, o olhar do turista parece se referir à necessidade de liberar o ambiente de máculas morais. Embora não seja mencionado o nome de nenhuma praia, o observador pode estar se referindo ao Boqueirão do Passeio, cujos banhistas comportavam-se de modo tão indecoroso (façamos um esforço para imaginar o que era considerado indecoroso no século XIX), sendo necessário que um subdelegado adotasse medidas para moralizar o ambiente, conforme crônica publicada na "De palanque" de dezembro de 1885.

E por fim, o estrangeiro se volta para a arte em geral, destacando o teatro e a literatura: a culpa da situação lamentável em que se encontravam as artes como

⁵ Maiores detalhes sobre o imperador nas revistas ilustradas podem ser encontrados nos trabalhos de Sílvia Maria Azevedo (**Brasil em Imagens**), Lília Moritz Schwarcz (**As barbas do imperador**) e Marcelo Balaban (**O poeta do lápis**), cujas referências completas encontram-se no final deste trabalho.

⁶ Sobre essa questão, há um interessante artigo publicado por Luiz Murat, na **Gazeta da Tarde**, em janeiro de 1886, em que, além de criticar a "mania literária", o jornalista desqualifica completamente o monarca brasileiro.

um todo é imputada ao povo e ao Imperador, como podemos ver pela totalidade das crônicas da “De palanque”. Aquele era culpado por conta do “mau gosto”, sobretudo em matéria de arte, e porque não protegia os artistas nacionais, comparecendo aos teatros para assistir aos espetáculos, ou comprando os quadros expostos em estabelecimentos como a galeria Moncada, na casa de J. Vieitas e na *Glace Élegante*. A D. Pedro II recaía a culpa por não subvencionar uma companhia dramática, em cujas mãos estaria o poder de “erguer o teatro nacional”. Na época para a qual nos voltamos, os chamados gêneros alegres – opereta, mágica e revista de ano –, gêneros considerados inferiores pelos homens de letras, dispunham de grande prestígio entre a população. A preferência dos espectadores por tais gêneros desagrava não somente Artur Azevedo, como também toda a classe jornalística. Ainda sobre as artes, o cronista se ressentia também do descumprimento dos estatutos da Academia de Belas Artes, os quais prescreviam prêmios de viagens à Europa e pensões para alunos que se destacassem nas aulas.

Como podemos ver, o olhar do estrangeiro põe em evidência uma série de problemas que precisavam ser resolvidos, problemas que uma capital civilizada não podia apresentar. Nesse sentido, é interessante destacar este outro texto em que, em momento posterior, o redator da “De palanque” sinaliza para uma forma um tanto inusitada para se resolverem as questões que o incomodavam:

A sugestão hipnótica está aqui, está na ordem do dia. O Valentim Magalhães levantou a lebre, e a lebre há de correr até cansar.

Consiste a nova (?) ciência numa curiosa aplicação do magnetismo animal: provoca-se o sono a um indivíduo, e, enquanto ele dorme, sugere-se-lhe um ato qualquer. Logo que o indivíduo desperta, vai praticar o ato sugerido.

Se por um lado esta negação formal do livre arbítrio pode trazer prejuízo à sociedade, por outro pode prestar-lhe assinalados serviços.

Imaginem uma comissão de hipnóticos que vá por aí fora, de fazenda em fazenda, sugerir aos agricultores a ideia de libertarem todos os seus escravos! Em pouco tempo terá desaparecido o elemento servil! A mesma comissão poderá sugerir aos escravos, convenientemente hipnotizados, a ideia de se conservarem no solo, percebendo o salário que lhes for arbitrado pelos seus ex-senhores.

Partindo deste princípio, são incalculáveis os benefícios da sugestão hipnótica. Que ótimos resultados se obteriam de uma sessão da Ilustríssima Câmara Municipal, depois de hipnotizados os respectivos vereadores! Quando os Srs. ministros errassem, na forma do costume, fácilimo seria sugerir-lhes as providências mais acertadas relativamente a este ou aquele ramo do serviço público... E o Imperador?... que bela coisa se lhe sugerissem a ideia de que um

tratado de propriedade literária é uma lei necessária, reclamada por todos os países civilizados, e que a sua vergonhosa ausência apenas aproveita a meia dúzia de salafrários.

Aplique-se a sugestão hipnótica à administração, à política, à justiça, às letras, às artes, ao jornalismo, etc., e nadaremos num verdadeiro mar de rosas. Com o livre arbítrio temos nos dado mal, muito mal... (AZEVEDO, 28/03/1887).

A sugestão para esta crônica parece ter sido de um texto intitulado “Mistério”, que Valentim Magalhães publicou na revista **A semana**, de 26 de março de 1887, no qual discorria sobre o livre-arbítrio, fazendo referência a um artigo de Francisque Sarcey acerca da hipnose. O trecho destacado evidencia e reitera a preocupação do cronista com problemas que deveriam ser sanados em várias instâncias: na administração, na política, na justiça, nas letras, nas artes e no jornalismo.

Diante dessas questões, o crítico entende que a negação do livre arbítrio poderia trazer mais benefícios do que danos à sociedade. Assim, a uma comissão de hipnóticos caberia resolver os problemas, de modo a expurgar a sociedade de vícios e mazelas. Como vemos, tal comissão agiria sobre os quatro poderes de Estado: o Legislativo, representado pela Câmara de vereadores; o Executivo, na figura dos ministros; o Judiciário, representado genericamente pelo substantivo “justiça”; e o Moderador, na pessoa do Imperador, que se sobrepunha aos demais. Com esses quatro poderes agindo sob efeito hipnótico, a sociedade nadaria “num verdadeiro mar de rosas”.

Considerações finais

Enfim, pelos pontos por nós considerados, vemos que Artur Azevedo utilizava uma linguagem simples, cômica e debochada na escrita de suas crônicas. Se o cômico, segundo Bergson (1993), exprime uma imperfeição individual ou coletiva que pede correção, e se o riso é o corretivo, o cronista maranhense estava apontando para a necessidade de mudanças na sociedade em que vivia. Além dos tópicos aqui comentados, a prostituição (sobretudo nos teatros), a exibição de mulheres seminuas nos carros alegóricos, as casas de tavolagem, a ameaça que as maltas de capoeiras representavam para os bons cidadãos, foram temas recorrentes em todo o período de existência da “De palanque”. O cronista maranhense imaginava uma sociedade que fosse o contramodelo da que ele vivia. Ao demonstrar

toda sua insatisfação com a cidade do Rio de Janeiro, possivelmente, tinha na lembrança a cidade de Paris, onde estivera em 1883. Não podemos dizer que o cronista maranhense tenha feito do espaço que dispunha na imprensa um instrumento de militância política, a exemplo de Lima Barreto e Euclides da Cunha. A grande causa que defendia, era a da classe artística em geral e do teatro em particular. No entanto, sua militância artística não o impedia de falar dos problemas sociais. Apesar do sonho alimentado pelo cronista, as reformas urbanas, mencionadas pelas observações do estrangeiro, somente foram realizadas no começo do século XX, quando se aproximava sua morte, ocorrida em 1908.

Referências

AZEVEDO, S. M. **Brasil em imagens**: um estudo da revista 'Ilustração brasileira' (1876-1878). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BALABAN, M. **Poeta do lápis**: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888). Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre o significado do cômico**. 2 ed. Trad. Guilherme de Castilho. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática**. São Paulo: FTD, 1992.

GOLG, A.; FIZDALE, R. **A divina Sarah**: a vida de Sarah Bernhardt. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAGALHÃES, Jr, R. **Artur Azevedo e sua época**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes primárias

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1885/1889.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. 1886.

NOVIDADES. Rio de Janeiro. 1887/1888.

Recebido em 26 de fevereiro de 2014
Aprovado em 16 de maio de 2014